

ISSN 0870-4147

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Revista Portuguesa de História

TOMO XXIII

ACTAS DO COLÓQUIO
«A REVOLUÇÃO FRANCESA E A PENÍNSULA IBÉRICA»



COIMBRA/1987

REPERCUSSÕES DA REVOLUÇÃO FRANCESA NA INDUSTRIALIZAÇÃO DE PORTUGAL

Introdução

A revolta das classes populares de Paris contra o poder monárquico, na manhã de 14 de Julho de 1789, acabou por despoletar um movimento que transformou as estruturas políticas, sociais e económicas não só da França, como também acabou por estender a sua influência a outros países. Resultou, em qualquer dos casos, o desmantelamento do «Antigo Regime» (corporativista). A força que movia as multidões irradiava de uma «revolução nos espíritos», desencadeada por filósofos e fisiócratas franceses, entre os quais se destacaram Denis Diderot, autor de uma Enciclopédia de 35 volumes (Dicionário Nacional das Ciências, Artes e Ofícios) concluída em 1780, e alguns dos colaboradores (Jean-Jacques Rousseau, Voltaire, François Quesnay) e pelas doutrinas de Mandeville e David Hume, fora da França. Bacon e Descartes, defensores da razão, foram seus mestres. Condenavam o poder discricionário dos governantes, defendiam a liberdade individual e de convenções, a igualdade e a fraternidade. Esta trilogia, condensando os direitos do homem e do cidadão, tornou-se a bandeira da Revolução Francesa.

Deste conflito sai vitoriosa a burguesia capitalista que impõe o estabelecimento de uma nova ordem social e alcança poder político para realizar reformas nas relações de produção, libertando-as de espartilhos que impediam a livre concorrência e o aumento da produtividade, através do progresso tecnológico e da divisão do trabalho. Estas transformações concorreram, ainda, para a extensão do capitalismo ao sector industrial. Contudo, os interesses deste grupo colidem com os dos operários explorados de diferentes modos pelos detentores do poder político e económico.

Entretanto, a guerra contra o poder absoluto do monarca não se limitou à França, em breve se estende às restantes coroas

européias consideradas, de algum modo, déspotas. Resultam as invasões de diferentes territórios, numa onda avassaladora. Portugal, potência imperial, não escapa e, assim vê seus bens destruídos em terra e no mar.

Mas, neste período da história da Europa, os aspectos negativos acabaram por ser compensados pelos resultados do engenho do espírito humano. Notáveis inventos são realizados e aplicados ao serviço do homem nos diferentes domínios da sua actividade produtiva. Uma nova «era» da revolução industrial emerge, quer nos produtos e modos de fabrico, quer na localização dos estabelecimentos fabris, estimulada pelo regime económico liberal instaurado pela Revolução Francesa. A extensão destas inovações a Portugal ocorre após os movimentos liberais. A partir de então torna-se evidente o crescimento da indústria.

1. *Panorama da indústria portuguesa à data das invasões francesas*

No reinado de D. José, Portugal foi animado por grandes reformas industriais, sob a direcção autoritária do Marquês de Pombal (1750 a 1777), um pouco à imagem do que Colbert fora para a França. O Estado toma assim o lugar que noutros países coubera à burguesia (x). A Relação das Fábricas de 1788, feita pela Real Junta do Comércio e Administração das Fábricas do Reino e Águas Livres, dá-nos uma ideia das indústrias existentes em Portugal, pela primeira vez alvo de cobertura com fins estatísticos (fig. 1 e quadro 1).

A leitura dos valores apresentados permite tirar algumas ilações, independentemente do critério usado para definir fábrica (2), do rigor utilizado e do grau de cobertura da actividade industrial.

O Sobre esta temática confronte-se os relatos de JACOME RATTON (*Recordações e memórias sobre ocorrências de seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810* J e as análises propostas por JOEL SERRÃO, JOSÉ JOAQUIM DE ABREU BARBOSA e JORGE BORGES DE MACEDO.

(2) Na época, o significado de *fábrica* é certamente extensível à indústria domiciliária, a avaliar pelo número de estabelecimentos referidos para algumas indústrias. Com mais exactidão se devia ter designado esta enumeração por relação de actividades da indústria, como salienta Luís FERNANDO DE CARVALHO DIAS (*Relação das Fábricas de 1788 ...*, p. 195). No entanto, nestas circunstâncias pensamos que as indústrias e lugares onde eram praticadas deveriam ser mais numerosos:

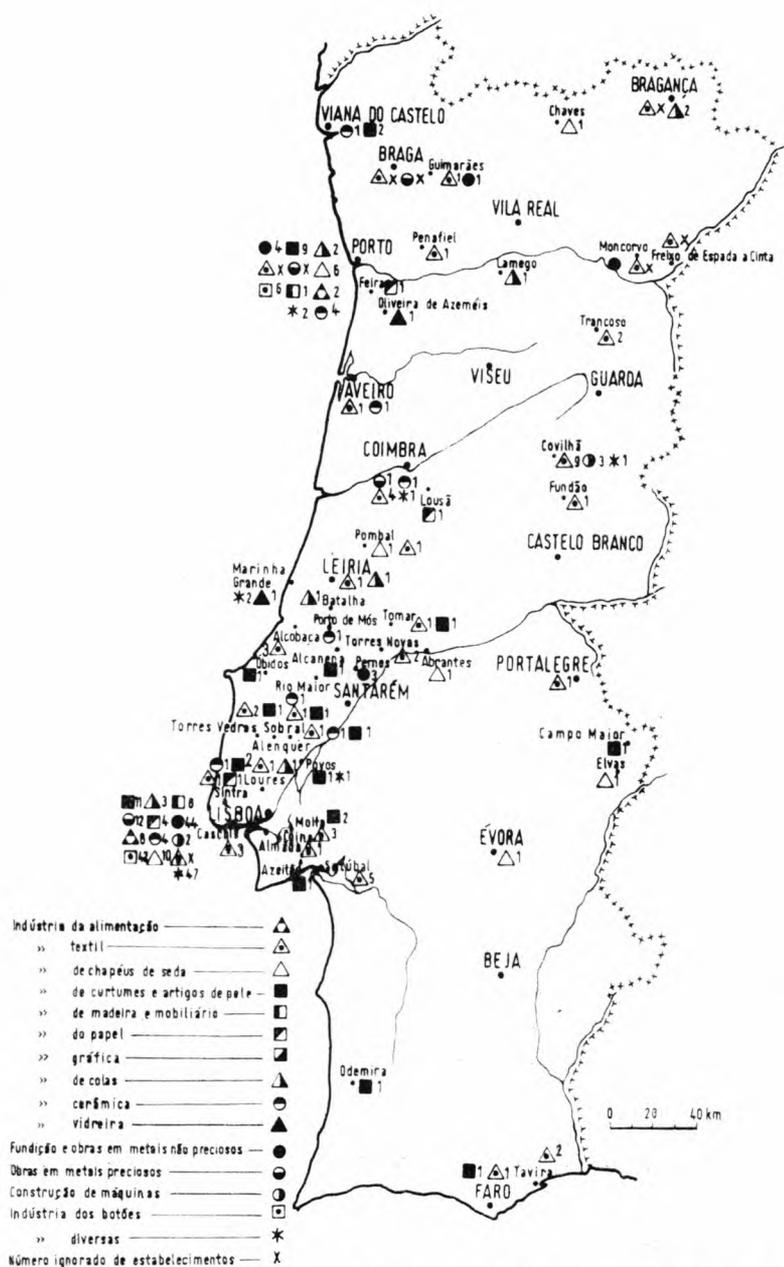
Do total de estabelecimentos indicados, aproximadamente 64% localizam-se na cidade de Lisboa e apenas cerca de 11 % na do Porto. Os restantes 24 % acham-se distribuídos a norte do Tejo com predominância na faixa litoral entre Lisboa e Leiria. Salienta-se a importância económica que Lisboa tinha na época, capital do Império, animada por um porto marítimo onde afluíam diversas mercadorias. Era aqui, nesta cidade, que se concentrava uma vasta clientela para as diferentes produções que a indústria podia oferecer (3). À volta de Lisboa, as indústrias concentram-se na margem sul do Tejo e, para norte, seguem a estrada real. No resto do País, além das cidades do Porto e de Braga, há a salientar a importância que a indústria têxtil da seda alcançou em Trás-os-Montes, a partir da introdução do plantio da amoreira, e os lanifícios na Covilhã. Além destas, outras indústrias progrediam. A da louça fina (4), alvo também de medidas proteccionistas, vai irradiar de Lisboa para outros lugares do País: Alcobça, Aveiro, Caldas da Rainha, Camota (cerca de Alenquer), Coimbra, Juncaí, Porto, Rio Maior e Viana. De salientar é, também, o incremento conhecido neste período pelas indústrias do papel e dos chapéus. A localização das diferentes indústrias é feita em função da existência de matérias-primas fundamentais, de água, de combustíveis vegetais e da possibilidade de escoarem a produção e receberem matérias-primas.

Alguns prosperaram iam então conhecendo as indústrias, por dinâmica dos seus proprietários, ou por influência proteccionista do Estado, e mercê da conjuntura externa favorável, que se estende pelo período que vai de 1785 a 1807. Em causa estavam a revolta das colónias britânicas na América do Norte, a Revolução Francesa e as guerras consequentes, que envolvem as principais potências económicas e possibilitam algum êxito conjuntural da indústria em Portugal.

O desafio económico que se registava vai, no entanto, cessar para a quase totalidade das indústrias com as invasões dos franceses.

(3) Das «fábricas» existentes em Lisboa são as que produzem artigos de luxo aquelas que predominam, perto de 54 %.

(4) Para o progresso desta produção muito contribuiu o paduano Domingos Vandelli.



Fonte: Lucília J. Caetano (1986, p. 33), baseada em *Relação das Fábricas de 1788* (Luís F. Carvalho Dias, 1954).

Fig. 1 — Repartição geográfica das indústrias do Reino em 1788.

!

.

\

i

.

i

*

!

.

i

!

2. Os efeitos das invasões dos franceses na indústria nacional

A situação decorrente das invasões dos franceses adivinha-se através dos termos em que José Acúrsio das Neves (1814, pp. 6 e 7) a descreve: «Parou o commercio, fechárão-se as fabricas... e o reino tão despojado por diferentes maneiras, que ainda depois de livre ficou sem forças para poder cuidar no seu restabelecimento. Não se limitou aos roubos o damno, que os inimigos nos causarão na invasão de 1807 : destruirão os nossos estabelecimentos, dispersando os individuos que nelles se emprega vão, e os empregadores que os sustentavão, interrompendo a comunicação com os estados ultramarinos, onde as manufacturas tinhão o principal consummo ⁽⁵⁾ e fazendo sahir os capitães para fóra do reino». ADRIEN BALBI (1822, pp. 46 a 53) vem ao encontro destas palavras ao narrar o estado em que se encontrava Portugal, «...dominé dans Tintérieur par une force ennemie, qu'on jugeait alors invincible, semblaît toucher au dernier terme de son existence politique, et ne devoir plus entrer dans la liste des nations indépendantes...».

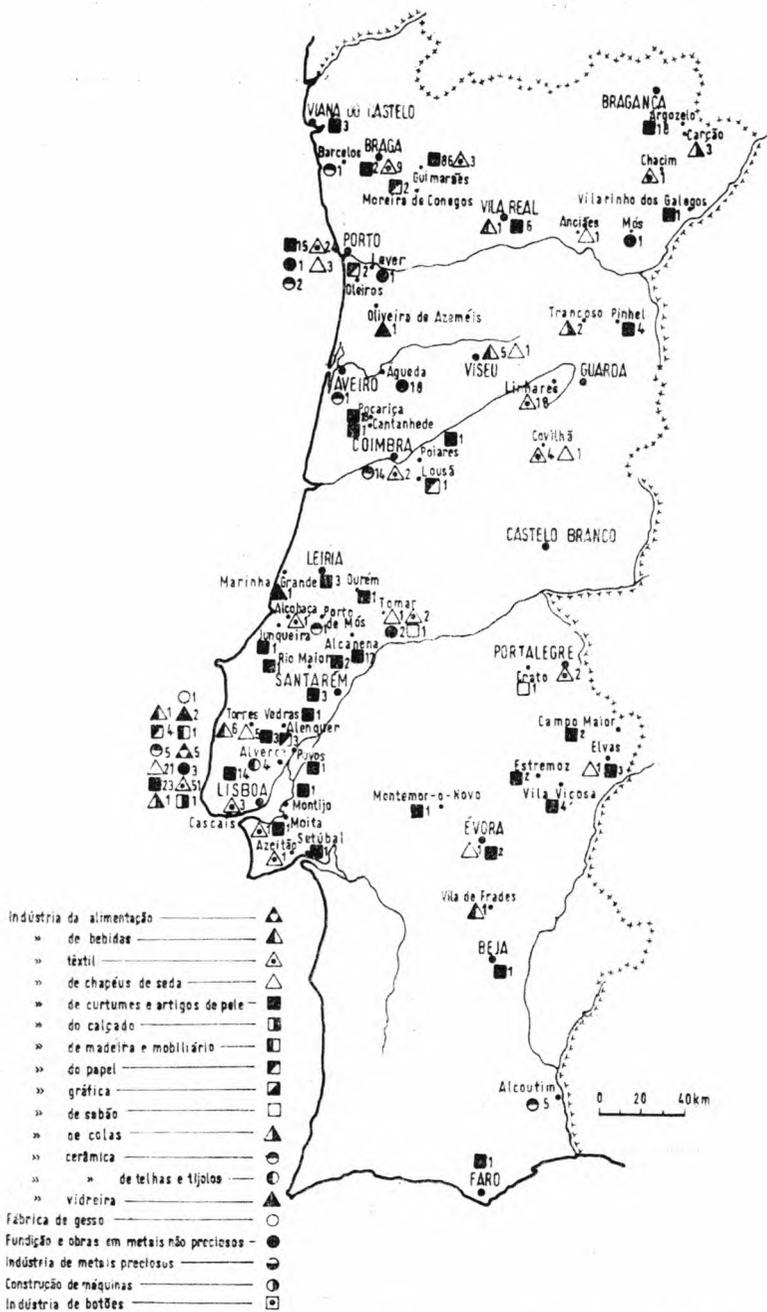
A esta situação conduziram os exércitos franceses que sucessivamente invadiram o nosso País em 1807, 1809 e 1810. A zona centro, onde se concentravam as principais fábricas e indústrias, foi a mais sacrificada com a contínua passagem de «tropas amigas e inimigas» como justamente sublinha JOSÉ ACÚRSIO DAS NEVES citado por JOSÉ JOAQUIM DE ABREU BARBOSA (1962, p. 43).

Esta conjuntura, já deplorável, foi ainda agravada pela conjugação dos efeitos de maus anos agrícolas e da epidemia que alastrou no País até 1812. Nalgumas povoações esta dizimou cerca de 40 % da população ⁽⁶⁾.

A condição caótica que a indústria portuguesa conheceu no início do século XIX é demonstrada através dos resultados recolhi-

⁽⁵⁾ Entre 1804 e 1807 o número de barcos que do porto de Lisboa partiu para a Ásia era em média de 10 por ano. Entretanto, apenas há notícia de, quer em 1808, quer em 1809, ter saído um barco, enquanto em 1810 o número já se eleva para 6 (ADRIEN BALBI, 1822, p. 416).

⁽⁶⁾ Veja-se a «Memoria sobre a descripção física, e económica do lugar da Marinha Grande e suas vizinhanças», pelo (2.º) VISCONDE DE BALSEMÃO (1815, p. 258). A propósito deste autor *vide* J. AMADO MENDES, *Revista Portuguesa de História*, tomo xviii, Coimbra, 1980, p. 31 (nota 2).



Fonte: Lucília J. Caetano (1986, p. 37), baseada em José A. das Neves (1814, T. 1, pp. 181 a 219).

Fig. 2 — Repartição geográfica das indústrias do Reino em 1814.

dos no Mapa Geral Estatístico realizado pela Real Junta do Comércio, e publicado em 1814. Representa as «fábricas do reino no estado, em que existião nos primeiros tempos depois da última invasão» (J. ACÚRSIO DAS NEVES, 1814, pp. 181 a 219). Haveria 518 fábricas no Portugal europeu (7), distribuídas por 34 comarcas. Destas, somente 134 eram rentáveis, 240 apresentavam saldos negativos e 7 tinham encerrado a sua laboração (fig. 2).

Numerosas fábricas e oficinas foram destruídas, durante as invasões dos franceses, pelos incêndios ateados nas povoações (8). E nos estabelecimentos industriais onde a laboração foi continuada o número de trabalhadores baixou consideravelmente, atingindo nalguns casos decréscimos de cerca de 38 % (9). Além da falta de gente para trabalhar, carece-se de numerário e de transportes (10). Nestas circunstâncias, qualquer tentativa de recuperação dificilmente pode ter êxito.

Após a retirada das tropas francesas, o que aconteceu em 1811, e ao invés do que se esperava, está comprometida a restauração da economia industrial, na sequência do tratado de comércio que

(7) Este número não nos oferece garantias. Serviu-se a Real Junta do Comércio para a recolha de dados dos corregedores do crime dos bairros de Lisboa e mais comarcas do reino. Persuadiu-se a Junta de que os defeitos deste inquérito eram devidos à confusão e desordem em que se achavam todos os serviços públicos e resolveu nos anos seguintes proceder a novos inquéritos. Com essa intenção, ordenou «a todos os corregedores para que anualmente a começar de 1815 organisassem e lhe remetterssem novos mapas das fábricas. Estas ordens não chegaram a ser cumpridas. A autoridade da Junta começou a diminuir passando algumas das suas atribuições para o Tribunal de Tesouro Público; e desde então até 1833, pôde dizer-se que a industria nacional não mereceu mais a atenção dos poderes publicos», segundo afirma o coordenador do *Resumo do Inquérito Industrial* de 1881 (p. xvi). Além disto, semente são mencionadas as indústrias particulares, não figurando assim, nesse *Mapa*, as de administração régia.

(8) A fábrica de lanifícios de Portalegre sobreviveu às invasões francesas, embora em condições incertas, mas a fábrica de lençaria de Alcobaça foi completamente destruída pelas tropas francesas. Igual sorte tiveram as de chitas em Azeitão, de lanifícios em Cascais e de meias em Tomar, segundo é referido por JOSÉ JOAQUIM DE ABREU BARBOSA (1962, pp. 28 e 29).

(9) Conforme se deduz das informações apresentadas pelo (2.º) VISCONDE DE BALSEMÃO (1815, p. 261) e relativas às fábricas de serração de madeiras e do vidro localizadas na Marinha Grande.

(10) Era grande a carência no País de lenhas para fomos, por não haver meios para o transporte.

havia sido celebrado com os ingleses em 1810 ⁽ⁿ⁾. Mais uma vez, Portugal ficava na dependência económica da Inglaterra.

3. *A divulgação em Portugal da ideologia da revolução francesa*

3.1. *Reformas político-económicas : avanços e recuos*

As ideologias reformistas, que combatiam o poder absoluto detido pelos reis, rapidamente se divulgaram nas classes descontentes.

As guerras movidas por Napoleão, se grandes malefícios materiais ocasionaram nos territórios a que se estenderam, trouxeram também as ideias da revolução política que haviam triunfado em França (embora Napoleão, em parte, as contrariasse).

Estabelecida a paz, mediante resoluções e tratados do Congresso de Viena, em 1815, assiste-se nos diferentes países europeus a tentativas de fazer vingar os princípios revolucionários, às quais se opunham violentamente os poderes políticos, entretanto restaurados.

Em Portugal a passagem do antigo para o novo regime decorre entre 1820 e 1834. São «abolidas a antiga legislação do absolutismo, os privilégios de classe e as instituições mais ou menos incompatíveis com a liberdade moderna» (ANTÓNIO DE SERPA PIMENTEL, 1896, p. 1).

Simultaneamente a situação de dependência em relação à Inglaterra será relativamente afrouxada com a Revolução Liberal de 1820.

Não são, porém, com esta revolução, criadas de imediato as condições para que a recuperação da nossa economia industrial se faça, embora algumas medidas tenham sido tomadas ⁽¹²⁾.

⁽ⁿ⁾ Por este convénio os Ingleses, além de outras vantagens, passam a beneficiar de direitos de importação de 15 % sobre todas as suas mercadorias entradas no nosso País, enquanto os nossos produtos pagavam 16 % de direitos de entrada no Brasil. Recorde-se, ainda, que este Tratado foi antecedido pela abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional em 1808. O Brasil era o mercado mais importante para a produção da indústria portuguesa. Contudo, BORGES DE MACEDO sustenta que a crise do comércio externo se vinha a desenhar já antes das próprias invasões francesas, em concordância com os resultados apresentados por JOSÉ ACÚRSIO DAS NEVES (1814, p. 19).

⁽¹²⁾ Por carta de lei de 16 de Junho de 1821, foram elevados de 30 %

Os conflitos internos entre os partidários do absolutismo e os liberais, a que se junta a independência do Brasil, em 1822, vão anular a vontade dos políticos de vencerem a crise que a nossa economia atravessava.

Em 1834 é estabilizada a situação política, com a vitória dos liberais e a «reposição» de D. Maria II no trono. De novo se voltam as atenções para a indústria, acrescentando-se em 1833, ainda antes da derrota definitiva de D. Miguel, outras medidas protectoras, desta vez ao isentarem-se de direitos as matérias-primas empregues nas manufacturas e construção de navios ou, nalguns casos, fazendo-as pagar apenas 7,5 % sobre o seu valor. A Casa dos Vinte e Quatro (Lisboa), testemunho do corporativismo medieval, foi extinta em 1834 conjuntamente com «outros tantos estorvos à indústria nacional que, para medrar, muito carece de liberdade que a desenvolva, e de que a defenda» (ARMANDO CASTRO, 1976, p. 221). Mas segue-se novo período abalado por conflitos que se prolongam de 1836 até 1851, embora intercalados por acalmias. Envolvem-se nesta luta cartistas, grandes proprietários e alta burguesia económica, que desejavam o livre comércio, e elementos progressistas, recrutados entre a classe média, pequena burguesia comercial e industrial, favoráveis ao protecçãoismo económico. Neste período liberal, como sublinha JOEL SERRÃO (1978, p. 35) «a burguesia irá impor uma nova ordem na estrutura social portuguesa».

Durante a administração pombalina a burguesia teve a possibilidade de se fortalecer graças aos ganhos conseguidos na comercialização dos produtos provenientes, sobretudo, do Brasil. Famílias de ricos comerciantes residentes em Lisboa e no Porto estão na base do «desenvolvimento de estruturas protocapitalistas» (vide JOEL SERRÃO, *Temas oitocentistas II*, Lisboa, 1978). Esta burguesia estava, amplamente, interessada na especulação financeira, em actividades comerciais, no investimento, constituindo, deste modo, um potencial agente do desenvolvimento da economia nacional, desde que lhe fosse facultada liberdade de acção.

Foram executadas orientações cujos frutos só depois se concretizaram. O Ministério que mais se preocupou com o fomento

os direitos sobre os panos de lã que haviam baixado a 15 % por Regulamento de 5 de Maio de 1814.

industrial foi sem dúvida o de Passos Manuel (Manuel da Silva Passos). Nesse sentido, este Ministro recomendou em 1836 (por Portaria de 12 de Setembro de 1836), o uso exclusivo de artigos nacionais em todas as repartições do seu Ministério. Lançou as bases do ensino profissional, ao criar as Conservatórias de Artes e Ofícios em Lisboa e Porto, por Decretos de 18-11-36 e 5-1-37, respectivamente. Promulgou a pauta alfandegária de 10-1-1837, com a qual pretendeu proteger a indústria portuguesa, que se achava agonizante e necessitava de defesa perante a concorrência estrangeira. Mas, atendendo aos manifestos que circulavam entre a população ⁽¹³⁾, outras medidas teriam de ser tomadas, de carácter proteccionista, que contrariam, no entanto, os princípios do «livre-câmbio».

Em 1851, um movimento militar põe termo a uma fase perturbada por conflitos constantes que parecia não ter fim, colocando no poder o cartista Saldanha, que conseguiu o apoio de conservadores e liberais em torno da ideia de «Regeneração», na base dum sistema de rotativismo. A acalmia política vai manter-se até cerca de 1890.

É neste período da Regeneração que a nossa indústria, que até aqui «abandonnée également aux mains de petites gens gardait les méthodes anciennes avec le petit atelier» como refere LÉON POINSARD (1911, t. ii, p. 31), vai poder conhecer uma nova fase de expansão. Não so beneficia do ambiente de paz, como o próprio programa político adoptado inclui, embora não de forma prioritária, o fomento da indústria ⁽¹⁴⁾.

⁽¹³⁾ É exemplo uma cartilha de bolso, penetrada de ideias socialistas, com o título *Estudos sobre a Reforma em Portugal* da autoria de J. F. H. NOGUEIRA. Nela são indicadas algumas das dificuldades com que lutava a indústria e o remédio para elas: carência de capital, falta de circulação dos produtos por não haver estradas, preço elevado das matérias-primas, insuficiente instrução técnica, má qualidade dos produtos (Lisboa, 1851, pp. 120 e 121).

⁽¹⁴⁾ Perante esta política económica se assiste, mais uma vez, à colocação do dilema aos nossos economistas : desenvolver a indústria ou antes a agricultura, que para muitos se afigurava como a única que se devia em primeiro lugar ver evoluir. Este modo de pensar reflectiria, no nosso País, as ideias proclamadas em França, por Bonald, «que tudo o que favorecesse o commercio e o crescimento da indústria era uma cousa abominável» (A. SERPA PIMENTEL, 1896, pp. 8 e 9). Contra esta opinião se cunha viva-

Propõe-se então o incremento da construção de estradas e o lançamento do caminho de ferro, a extensão do telégrafo eléctrico a todo o País e a reorganização em novos moldes do serviço postal. O campo educativo vai merecer também a atenção dos governantes, num esforço para dotar o reino de escolas primárias. Com efeito, de 1 200 escolas, sendo 53 femininas, existentes em 1854, passa-se para 3 206, das quais 296 femininas, em 1865. Ao ensino técnico, por seu turno, se vai dedicar também um cuidado especial; além de novas Escolas Profissionais serem criadas, os operários portugueses puderam estagiar em fábricas estrangeiras.

A realização de exposições industriais a nível nacional e a participação em algumas estrangeiras, vão ser fomentadas neste período. A primeira manifestação é a Exposição Internacional do Porto, em 1865. Antes, em 1863, expositores portugueses haviam participado numa Exposição realizada em Londres, onde receberam 143 medalhas e 242 menções honrosas, demonstrando progresso que a nossa indústria alcançara entretanto. No mundo contemporâneo assistia-se a uma extraordinária expansão industrial, que, de algum modo, se repercutia em Portugal, graças à aplicação de numerosos inventos científicos e tecnológicos, sobretudo no campo da química, electricidade e metalurgia.

3.2. *A difusão das novas tecnologias*

Em consequência do bloqueio, imposto pela armada da França «imperialista», as potências económicas europeias, com dificuldade, recebem os produtos coloniais comercializados até então, essencialmente, pela Inglaterra. Para os substituir, nos mercados, pesquisam-se novos produtos e novas tecnologias de laboração ⁽¹⁵⁾.

mente **J. ACÚRSIO DAS NEVES**, para quem a verdadeira fonte da riqueza «*he o trabalho do homem*» (1814, pp. 10 e 11).

⁽¹⁵⁾ Neste âmbito destacam-se, entre outros, a descoberta do processo de extracção, a partir do carvão mineral, dum gás que revolucionou o sistema de iluminação (permitindo o trabalho fabril nocturno); **RUMFORD** aperfeiçoa os altos fornos siderúrgicos; **MARGGRAF** (químico alemão) descobre o modo de extrair açúcar da beterraba, sendo secundado por outros (**DEVEUX**, na França) no sentido de serem alcançados melhores resultados e encontrados outros frutos que possam constituir matéria-prima do açúcar; as diferentes aplicações práticas dos progressos no domínio da mecâ-

«Parece que a Providência tinha em reserva estes grandes meios para consolar a humanidade na ocasião dos seus maiores soffrimentos; e que as sciendas se esforçavam tanto mais em procurar aos homens os recursos da sua subsistencia, quanto a ambição mais se empenhava em destruílos», nestes termos se refere J. ACTÚRSIO DAS NEVES (1817, p. 43) ao progresso que as ciências, a produção e a arte conhecem durante o espaço de tempo que durou a Revolução Francesa. Nas fábricas assiste-se à substituição do operário pela máquina. O progresso técnico industrial convulsionou profundamente a estrutura económica contemporânea; a divisão do trabalho acentua-se e fortalece-se o capitalismo. No entanto, Portugal só conhecerá esta nova «era» da revolução industrial na segunda metade do século.

A fase de expansão que a indústria portuguesa vai conhecer no período da Regeneração pode avaliar-se de certo modo, através do número de patentes de inventos ⁽¹⁶⁾ concedidas entre 1837

nica geral e da química, na sequência das investigações realizadas por LAGRANGE, LAVOISIER, respectivamente; ARKWRIGHT introduz melhoramentos importantes nas máquinas de fiar algodão, permitindo baixar a um terço o preço anteriormente praticado; CARTWRIGHT (1786) e JACQUARD (1805) inventam o tear mecânico; e WATT com os seus trabalhos experimentais concorre para a aplicação generalizada da máquina a vapor. J. ACÚRSIO DAS NEVES dá-nos conta dos trabalhos realizados, neste domínio, pelo português PADRE PINTO, através duma carta que dirige a um sábio inglês e transcrito do *Jornal Económico de Paris* em Dezembro de 1772. O progresso técnico estende-se, assim, às fontes de energia ; o vapor de água passa a fornecer à indústria a energia motriz. Para a divulgação destes inventos muito contribuíram as múltiplas Academias e Sociedades Literárias, que se elevam a algumas centenas. Publicam-se obras elementares, de que são exemplo o *Tratado de Mecânica Prática e Descritiva* de OLINTHUS GREGOR Y, o *Ensaio sobre a Ciência das Máquinas* de GUENYVEAU, o *Tratado Elementar das Máquinas* por HACHETTE, entre outros. No entanto, os livros dificilmente penetravam na sociedade portuguesa; o analfabetismo e o número restrito de bibliotecas para isso contribuía. Em 1825, segundo GERARDO PERY (1875, p. 250) as principais bibliotecas pouco ultrapassavam a dezena (14), das quais 7 pertenciam a conventos, o acervo bibliográfico contava 510 000 livros.

Entretanto, as publicações periódicas de carácter científico e ideológico multiplicam-se após a Revolução Liberal. Após 1820 são editadas inúmeras revistas e jornais. Destas um número significativo são dirigidas à classe operária e à indústria em geral, divulgando inventos e conhecimentos úteis.

⁽¹⁶⁾ Em algumas revistas contemporâneas, a exemplo da *Revista*

e 1892; 83 no período entre 1837 e 1852, 368 entre 1853 e 1875, 501 entre 1876 e 1884 e 657 entre 1885 e 1892 (ARMANDO CASTRO, 1971, p. 49). O número de máquinas a vapor existentes nos distritos do reino e a sua força totalizavam, em 1852, 70 e 983 CV, respectivamente.

Finalmente, vão ser aplicadas as inovações técnicas que revolucionaram a produção manufactureira. A indústria vai utilizar cada vez mais a máquina a vapor, substituindo assim a energia hidráulica e o motor de sangue (braçal ou animal), sendo o grande salto dado em 1851 (com a instalação de 11 máquinas). Embora J. ACÚRSIO DAS NEVES já em 1817 defendesse a aplicação destas máquinas quer à navegação no Tejo, quer à indústria. Com efeito, segundo este «homem ilustrado» «não há quasi genero algum de manufacturas, a que não seja applicavel a máquina de vapor; porque delia se tira toda a qualidade de movimentos... e dado meios aos inglezes, para ninguem poder competir com elles na barateza das suas manufacturas» (1817, pp. 111 e 112). Dados recentes permitem, entretanto, indicar para o ano de 1821 o início da aplicação da máquina a vapor à indústria «precisamente 14 anos mais cedo do que geralmente tem sido admitido», como sublinha J. M. AMADO MENDES (1985, p. 26). Note-se contudo, que os nossos números globais eram, na verdade, bastante baixos; em Inglaterra o número de máquinas a vapor era já de 15 000 em 1830 (a sua aplicação à indústria teve início em 1785 e em 1810 estavam já instaladas 5 000).

No inquérito industrial de 1852 a amostra obtida do número de estabelecimentos e actividades industriais, bem como dos operários por distrito, evidencia o peso da indústria têxtil, com 57,2 % do total de estabelecimentos e 62,9 % no total de operários. A indústria dos metais e das construções mecânicas ocupa um

Universal Lisbonense, é defendida a exploração de patentes de introdução de novos inventos. Com efeito, neste sentido, no seu n.º 17 de 16 de Outubro de 1845, é publicado um artigo intitulado: «Privilégios de introdução de novos inventos» (p. 193). No entanto, conforme refere JOSÉ JOAQUIM DE ABREU BARBOSA (1962, p. 42), citando J. ACÚRSIO DAS NEVES (1817, p. 22) por «alvará de 28 de Abril de 1809, publicado no Brasil com validade para Portugal» foi estabelecido um prémio de 60 000 cruzados para exploração de patentes, com o fim de serem introduzidos novos maquinismos e assim se desenvolverem as indústrias mais carecidas.

lugar bastante modesto : 4,4 % do total de estabelecimentos e 4,6 % do total de operários.

Por sua vez GERARDO PERY (1875, p. 145) dá-nos conta dos resultados da Estatística das Profissões e Estabelecimentos Industriais realizada em 1867, com o fim de ser lançada a Contribuição Industrial. As coleções informativas de que se conhecem publicações dão-nos o resultado dum inquérito que cobriu exaustivamente a produção e comercialização de bens. Foram recenseados 199 274 contribuintes, assim distribuídos: grande indústria 9 502, pequena indústria 106157, comércio 73 368, profissões liberais 10 247. O número de indústrias e profissões que se identificaram elevou-se a 421. É de salientar o desenvolvimento que a indústria metalúrgica estava a conhecer, sobretudo mediante as fábricas de fundição da Companhia Perseverança Petters & C.^a, Ramos & Bachelay de Lisboa, e as de Massarelos e Bicalho no Porto, funcionando ainda o Arsenal do Exército e o da Marinha.

Até finais do século XIX vai aumentando o número de indústrias e de estabelecimentos fabris, o que se verifica à sombra da prudente protecção pautal e do apreciável desenvolvimento das comunicações. No entanto, Portugal, segundo palavras de ALPHONSE DE FIGUEIREDO (1866, p. 210) «est loin d'avoir atteint le degré de développement industriel auquel il doit parvenir pour pouvoir être mis au nombre des nations essentiellement industrielles». Com efeito, apesar dos progressos verificados, acentua-se o atraso económico do nosso País, em comparação com os da Europa Ocidental. Segundo alguns especialistas de História Económica, esta situação fica a dever-se à persistência de aspectos estruturais do Antigo Regime e assinalam a falta de iniciativa da burguesia no âmbito do sector industrial; há quem considere de primordial importância o contexto de dependência externa em relação à Inglaterra; e também quem procure mostrar as reais carências do País (veja-se, a propósito, JOEL SERRÃO, 1978; MÍRIAM HALPERN PEREIRA, 1983 e JAIME REIS, 1984).

3.3. *A divisão do trabalho*

O esquema teórico do regime económico liberal assenta, conforme salienta JOSEPH LAJUGIE (1973, pp. 40 a 51), em três elementos fundamentais: jurídicos, técnicos e psicológicos. Com

efeito, no contexto jurídico a apropriação dos meios de produção cria uma nova ordem de repartição dos rendimentos e social entre os detentores do capital e os assalariados. Do ponto de vista técnico caracteriza-se por métodos de produção muito aperfeiçoados e em contínuo progresso; a vulgarização da maquinofactura substitui a mão-de-obra. Finalmente, emerge a obtenção do máximo lucro.

A partir de meados do século XIX, os operários começam a tomar verdadeira consciência da necessidade de se organizarem, de modo a poderem defender os seus interesses de classe. Em causa estava, essencialmente, a permanência nos empregos, então ameaçada pela mecanização de algumas indústrias grandes empregadoras (17), e a supressão de formas de servidão que colidem com os princípios de liberdade do trabalhador.

Mas somente nos centros urbanos de maior implantação industrial, Lisboa, Setúbal, Covilhã e Porto, onde existem verdadeiros operários, a consciência de classe vai surgir, como atestam as greves. No resto do País, o chamado operário concilia o seu trabalho fabril com o que desenvolve no campo e utiliza o salário industrial como complemento da renda familiar, que a exploração agrícola não garantia por completo. Ainda hoje, se bem que num contexto diferente, situações deste tipo se mantêm. As primeiras acções de sentido agregativo surgem com a criação de Associações Profissionais (a exemplo da Sociedade dos Artistas Lisbonenses, em 1838) e posteriormente (1840) as mutualistas. Seguem-se a Associação dos Operários em 1850 (18) e o «Centro Promotor dos

(17) Não deixa de ser interessante a posição que o economista SAY assume perante a perspectiva de desemprego e da qual faz eco J. ACÚRSIO DAS NEVES (1817, p. 57) nos seguintes termos: «este inconveniente he passageiro, e a multiplicação dos productos fazendo abaxiar o seu preço, e estendendo o seu uso, não tarda em occupar mais trabalhadores do que antes... (e termina com a seguinte interrogação)... Os fiadores de algodão da Normandia quebrarão em 1789... (as) máquinas, que então se introduzirão naquella província da França; e que aconteceria se elles persistissem na continuação de semelhante absurdo?».

(18) Em 1845 existiriam em Inglaterra perto de 10 000 Associações Mútuas e em França 1800, segundo JEAN VIAL (1976, p. 133). «Segundo COSTA GODOLFIM (citado por ARMANDO CASTRO, 1976, p. 221). Lisboa possuía em 1875, 85 associações com o máximo de 30 000 associados e no total do país haveria cerca de 300 associações de socorros mútuos com 70 000 sócios».

Melhoramentos das Classes Laboriosas em 1853» (M. VILLA VERDE CABRAL, 1976, p. 26). Em 1879 é fundada a Sociedade de Instrução e de Beneficência «A Voz do Operário», que tinha por fim socorrer a família do operário, com 6 mil réis, em caso de seu falecimento e encarregava-se do seu funeral, bem como da mulher e filhos. Reformulada em 1904, ela propõe-se, além de continuar a acção encetada com a fundação, criar várias bibliotecas e cursos abertos durante o dia e à noite.

Entretanto as crises económicas periódicas de superprodução, a partir de 1890, concorrem para aumentar a diferenciação das classes sociais e as diferentes condições de trabalho operário. Disto resulta a dicotomia da sociedade em patrões (ou capitalistas) e o proletariado; duas classes antagonistas. Os movimentos de descontentamento aumentam de intensidade, pelo menos nos centros onde existe maior concentração operária. Os tumultos de rua e as greves dos operários, reclamando melhores salários e manutenção de trabalho vão ser cada vez mais frequentes⁽¹⁹⁾.

O fortalecimento do capitalismo industrial passou também pela associação do patronato. A primeira manifestação deste tipo parece ter sido a *Associação Industrial Portuense* fundada em 3 de Maio de 1849 (JOEL SERRÃO, em *Dicionário de História de Portugal*). Segue-se-lhe a *Associação Industrial Portuguesa* criada em 20 de Março de 1860. Destinavam-se estas associações à defesa dos interesses quanto ao comércio externo, de que são exemplo as posições tomadas perante as pautas alfandegárias, e a promover a elevação do nível técnico das empresas, ao mesmo tempo que reflectiam certo desenvolvimento económico deste sector.

4. *Assimetrias regionais do capitalismo industrial*

O crescimento industrial português neste período ficou em grande parte a dever-se à evolução do sistema económico capita-

⁽¹⁹⁾ Sobre os movimentos operários veja-se: FERNANDO EMÍDIO DA SILVA, *As greves*, Coimbra, 1913; *O operariado português na questão social*, 1905; MARIA FILOMENA MÓNICA, *A formação da classe operária portuguesa. Antologia da imprensa operária (1805-1934)*, Lisboa, 1982, *O Século XIX em Portugal e o movimento operário em Portugal* (em colaboração).

lista no nosso País; são as concentrações industriais, quer técnicas, quer financeiras, que se começam a desenhar, caso dos tabacos e moagem, é o aparecimento das sociedades anónimas e a simplificação das operações de crédito e comércio bancário. O primeiro banco português foi o Banco de Lisboa, criado pela Lei de 31 de Dezembro de 1821 ⁽²⁰⁾. O Banco de Portugal surge em 1846. «Em 1875 existiam já 51 bancos e casas bancárias, além da Companhia de Crédito Predial Português, sendo 10 deles bancos comerciais» (ARMANDO CASTRO, 1976, p. 87). As fábricas, técnica e humanamente apetrechadas segundo normas actualizadas, já não permitem apenas o recurso ao capital individual, há que recorrer a fundos por via de empréstimos ou à associação de capitalistas, pois o volume de capitais a investir é cada vez maior.

Esta evolução impôs a alteração do Código Comercial vigente, que condicionava a fundação de tais sociedades pela autorização especial do governo, através da «Lei de 22 de Junho de 1867 que institui o regime de ampla iniciativa particular na formação destas sociedades ... Em 1875, havia já em Portugal 136 sociedades anónimas constituídas de acordo com a Lei de 1867» (ARMANDO CASTRO, 1976, pp. 97 e 98), muito embora se esteja longe do que se passava nos países industrializados da Europa. A partir de 1887, tende a verificar-se a concentração financeira de algumas das empresas mais poderosas dentro de determinados sectores da actividade industrial (vejam-se a este propósito os artigos de OLIVEIRA MARTINS sobre o Monopólio em *Obras Completas. A Província*, vol. ni, pp. 474 a 477, 492 a 495 e vol. iv, pp. 64 a 67, Lisboa, 1959).

E também nesta época que se começam a delinear as alianças do capital financeiro com o capital industrial. É o caso dos tabacos, dos têxteis (Companhia de Tecidos Aliança) e dos superfosfatos, este na base da Companhia União Fabril.

Todavia, segundo revelam alguns indicadores, o crescimento

⁽²⁰⁾ Segundo JOSÉ ACÚRSIO DAS NEVES (1817, p. 187) em 1800 «agitáram-se dous planos, o do banco Real de Lisboa, e o do banco de Portugal: nenhum deles chegou a realizar-se... Alguns annos depois forão reviver estas ideias em differente hemisfério, dando origem ao banco do Brasil cuja instituição, existe no Alvará de 12 de Outubro de 1808».

do capitalismo industrial (quadro 2) através da difusão das novas tecnologias, estruturas e organização da produção fabril, não atinge de igual modo o território nacional. De facto, as máquinas a vapor, em funcionamento no final de 1852, estavam instaladas em estabelecimentos fabris localizados nos distritos de Lisboa (78 %), Porto (11,7 %) e noutros do litoral. Exceptuava-se o de Portalegre (4,4 %) onde a indústria têxtil e da cortiça havia atingido alguma importância. Esta situação acentua-se em 1890; sendo escassa a utilização da energia do «vapor», substituindo as tradicionais, pela indústria nos distritos do interior. Portalegre perde significado, e apenas se evidencia o ramo dos têxteis no de Castelo Branco. A concentração financeira, mediante a constituição de sociedades anónimas tem idêntica expressão geográfica; em Lisboa e Porto se localizam 82,6 % das sedes destas firmas e em Braga, Coimbra e Viana do Castelo 14,9 %.

Finalmente, a repartição percentual da contribuição industrial e a taxa de industrialização mostram como a indústria progrediu nos distritos do litoral ⁽²¹⁾, e simultaneamente se acentuou a macrocefalia de Lisboa.

O confronto das figs. 1 e 2, que representam a localização das indústrias em 1788 e 1814, mostra que a actividade industrial estava presente, de modo significativo, nas regiões do interior do País. Não obstante se verifique elevada concentração de estabelecimentos fabris no distrito de Lisboa. Salientam-se a indústria têxtil da seda em Trás-os-Montes, os lanifícios na Covilhã e os curtumes e artigos de pele no Alentejo. No entanto, nestes territórios não prosseguiu a industrialização; a extensão dos transportes e comunicações, privilegiando a faixa litoral entre as cidades de Lisboa e Porto (novas estradas, via férrea e melhoramentos nas barras do Douro, Figueira da Foz, Viana do Castelo e Aveiro são construídos) aliada à concentração de capitais, condicionam inevitavelmente, no contexto de economia capitalista liberal o crescimento da indústria.

(21) Acerca do progresso da indústria nos distritos de Aveiro e Coimbra ver LUCÍLIA J. CAETANO, *A indústria no distrito de Aveiro* (...), 1986, e JOSÉ M. AMADO MENDES, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, 1984.

Quadro 2 — Indicadores de desenvolvimento industrial, segundo os Distritos

Distritos	Máquinas a vapor utilizadas em 1852		Máquinas a vapor em percentagem do total de motores mecânicos 1890	Sociedades anónimas em 1875	Taxa de industrialização 1890	Contribuição industrial (em % da cobrada, no Con-tinente) nas gerências				
	Total	Potência Cy				1892-93	1896-97	1899-1900	Variação 1892/1980	
Aveiro	1	12	1,0	-	91	1,7	2,2	2,2	2,2	+ 29,4
Beja	-	-	0,4	-	73	1,8	1,4	1,4	1,2	- 33,3
Braga	-	-	0,9	9	101	2,8	3,2	3,2	3,2	+ 14,3
Bragança	-	-	0,8	-	61	0,8	0,7	0,7	0,7	- 12,5
Castelo Branco	-	-	8,2	-	119	2,6	2,3	2,3	1,8	- 35,6
Coimbra	-	-	4,4	4	91	3,2	3,0	3,0	2,9	- 9,4
Evora	-	-	1,4	-	74	2,0	1,8	1,8	1,7	- 15,0
Faro	-	-	2,8	-	57	2,5	2,4	2,4	2,1	- 16,0
Guarda	-	-	0,7	-	92	1,8	1,6	1,6	1,6	- 11,1
Leiria	1	6	1,3	-	67	2,6	2,3	2,3	2,1	- 19,2
Lisboa	53	776	21,0	46	140	43,5	47,2	49,8	49,8	+ 14,5
Portalegre	3	56	2,3	-	77	1,7	1,3	1,3	1,3	- 23,5
Porto	8	91	8,0	54	193	24,5	22,2	21,5	21,5	- 12,2
Santarém	2	20	7,6	-	69	3,4	3,6	3,6	3,3	- 2,9
Viana do Castelo	-	-	0,7	5	60	1,5	1,5	1,5	1,5	0,0
Vila Real	-	-	-	3	51	1,0	1,0	1,0	1,1	+10,0
Viseu	-	-	0,3	-	74	2,6	2,3	2,3	2,0	- 23,1

Fonte: Armando Castro (1976, p. 81); Censo da População... 1890 e Lucília de Jesus Caetano (1986, pp. 48, 57, 69 e 670).

Deste modo, neste período de renovação da nossa indústria se acabam por gerar as assimetrias económicas regionais. As regiões do interior, pelo facto de terem ficado numa situação continuada de isolamento ao avanço tecnológico e reformas estruturais da economia, permaneceram num regime jurídico e tecnológico tradicional responsáveis pela decadência da indústria.

Conclusão

Em resumo, a Revolução Francesa repercutiu-se na estrutura económica portuguesa, e industrial em especial, inicialmente numa vertente de destruição; com as invasões dos franceses cessa, para a quase totalidade das indústrias, o desafogo económico que entretanto haviam conhecido. E, posteriormente, as reformas ideológicas difundidas por este movimento revolucionário concorrem para o progresso e extensão da indústria nacional.

Uma vez restaurada a paz nacional e internacional, a partir de 1814, começa a notar-se uma lenta mas gradual melhoria. Mas será após a Revolução Liberal de 1820, embora com algumas quebras de ritmo, por efeito, fundamentalmente, dos conflitos internos entre os partidários do absolutismo e os liberais, que as atenções se voltam para a indústria. Finalmente vão ser aplicadas as inovações técnicas, que revolucionaram a produção manufacturara, a divulgação da instrução técnica e científica e as alterações do código comercial. Simultaneamente os operários tomam verdadeira consciência da necessidade de se organizarem, de modo a poderem defender os seus interesses de classe, contra a opressão capitalista. Deste modo, as consequências nefastas, que a indústria sofreu, em resultado do movimento expansionista que acompanhou a Revolução Francesa, são minimizadas pela extensão a Portugal dos ideais reformistas nascidos em França, precisamente, no período revolucionário: abolição da antiga legislação do absolutismo, dos privilégios de classe e das instituições mais ou menos incompatíveis com a liberdade «moderna». Estes vão ocasionar a passagem do antigo regime ao liberal. No entanto, a utilização das novas tecnologias, que aumentam e diversificam quer a produção, quer a energia motriz, vão concorrer, numa perspectiva de obtenção de maiores lucros, para o aumento das assimetrias

regionais em Portugal. Com efeito, é na faixa litoral que de forma crescente e continuada se localizam os estabelecimentos fabris.

LUCÍLIA CAETANO

Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra

BIBLIOGRAFIA

- BALBI, Adrien (1822) — *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de V Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémisphères*, 2 vols., Paris.
- BALSEMÃO, 2.º Visconde de (1815) — «Memória sobre a descrição física, e económica do lugar da Marinha Grande, e suas vizinhanças», *Memórias da Academia Real das Sciendas de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e suas Conquistas*, tomo v, Lisboa.
- BARBOSA, José Joaquim de Abreu (1962) — «Para o estudo das origens da indústria em Portugal». Separata de *Vértice. Revista de Cultura e Arte*, n.º, 220-E, 222-A e 228, Coimbra.
- CABRAL, M. Villaverde (1976) — *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, Porto.
- CAETANO, Lucília de Jesus (1986)—*A industria no distrito de Aveiro. Análise geográfica relativa ao eixo rodoviário principal (EN n.º 1) entre Malaposta e Albergaria-a-Nova*, 2 vols., Coimbra.
- CASTRO, Armando (1976) — *A revolução industrial em Portugal no século XIX*, 3.ª edição, Porto.
- FIGUEIREDO, Alphonse de (1866)—*Le Portugal, considérations sur l'état de l'administration, des finances, de l'industrie et du commerce de ce royaume*, Lisbonne.
- LAJUGIE, Joseph (1973)—*Les systèmes économiques*, Col. «Que sais-je?», n.º 753, 8.ª ed., PUF.
- MENDES, J. M. Amado (1980)—«Memória sobre a Província do Minho pelo 2.º Visconde Balsemão (Introdução, transcrição e notas)», *Revista Portuguesa de História*, tomo xviii, Coimbra.
- (1985) — «A indústria portuguesa no século xix», *Prelo* (Rev. Imprensa Nacional/Casa da Moeda), n.º 7, Abril/Junho.
- NEVES, José Acúrsio das (1810-1811) —*História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restam ação deste reino*, 5 vols., Lisboa.
- (1814-1817) — *Varietades sobre objectos relativos às artes, commercio e manufacturas, consideradas segundo os princípios de economia política*, 2 tomos, Lisboa.

- PEREIRA, Miriam Halpern (1979) – *Política e economia, Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa.
- (1983) – *Livre-câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, 2.^a ed. Lisboa.
- PERY, Gerardo A. (1875) – *Geographia e estatística geral de Portugal e Colonias*, Lisboa.
- PIMENTEL, Antonio de Serpa (1896) – *Portugal moderno. A queda do antigo regimen (1820 até 1834)*, Lisboa.
- POINSARD, Léon (1911) — *Le Portugal inconnu*, 2 vols., Paris.
- SERRÃO, Joël (1978) — *Antologia da indústria portuguesa, do antigo regime ao capitalismo*, Lisboa.
- REIS, Jaime (1984) — «O atraso económico português em perspectiva histórica, 1860-1913», *Análise Social*, n.º 80, Lisboa, pp. 7 a 28.
- VIAL, Jean (1976) — *O advento da civilização industrial. De 1815 aos nossos dias* (versão em língua portuguesa), Amadora.